

A DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS NUMA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Marcelino, Maria José de Souza.

E-mail: mjs.maria@hotmail.com. Prefeitura da Cidade do Araçoiaba e Paulista

Souza, Maria José Calado

E-mail: calado_maria@hotmail.com. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

Resumo

A pesquisa em foco surgiu a partir da questão problematizadora, como se apresenta a discussão sobre a Educação Especial inclusiva nos Projetos Políticos Pedagógicos-PPPs numa rede municipal de ensino e objetivou analisar como se apresenta a discussão sobre a Educação Especial inclusiva nos PPPs numa rede municipal de ensino. A metodologia seguiu a abordagem de investigação qualitativa, com tipo de pesquisa documental. Foi realizada numa rede municipal de ensino da região metropolitana do Recife em 39 escolas. A técnica utilizada foi análise documental. Os dados recolhidos foram apresentados e analisados de forma descritiva. Os resultados evidenciaram, dentre outros, a fragilidade na construção dos projetos, pelas estruturas apresentadas, bem como ausência da discussão sobre a Educação Especial inclusiva na maioria dos PPPs e/ou insipiência na maioria das discussões.

Palavras-chave: Educação Especial Inclusiva. Inclusão. Projeto Político Pedagógico.

Introdução

No processo educativo, a relação existente entre a Educação Especial na perspectiva Inclusiva e o Projeto Político Pedagógico-PPP tem singular importância, visto que é na construção coletiva e democrática que se delibera o tipo de escola, de sujeitos e de sociedade que se deseja formar. A organização do trabalho pedagógico, definida no PPP, conduz a direção que a escola almeja seguir e traz as concepções de seus sujeitos, as quais definem a perspectiva desejada, ou seja, aquela que atende aos paradigmas da inclusão ou da exclusão. Assim, a pesquisa objetiva analisar como se apresenta a discussão sobre a Educação Especial inclusiva nos PPPs numa rede municipal de ensino, na premissa de favorecer a reflexão da importância dessa temática no contexto escolar.

Educação Especial

A discussão sobre Educação Especial vai além do campo educacional, pois envolve um público que por muitos séculos esteve à margem da sociedade. Na educação, a discussão se intensificou nas últimas décadas com a mudança de concepções tidas como absolutas frente às demandas sociais. A mudança foi notória quando se transformou a visão reducionista sobre a Educação Especial, ou seja, quando se deu a quebra do sistema paralelo de ingresso do

estudante com deficiência no ensino regular, para uma modalidade de ensino na premissa da inclusão escolar, caracterizando-se assim, numa Educação Especial Inclusiva.

A Educação Especial é entendida como “[...] *modalidade de Educação Escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais*”. (LDBN, nº 9394/ 1996 - art. 58) Dessa forma, compreende-se a garantia do ensino aos estudantes com deficiência e igualdade de direito, independentemente do tipo de deficiência que eles apresentem.

Assim sendo, a Educação Especial tem os mesmos objetivos da educação comum, diferenciando-se nas estratégias, procedimentos e adequações utilizadas na escola, de forma a atender as necessidades individuais dos estudantes, devido às limitações apresentadas pela deficiência, isso garantido no Art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quando apresenta que os sistemas de ensino assegurarão, para atender as necessidades dos educandos, dentre outros, currículos e métodos, técnicas. E ainda assegura no parágrafo 1º que “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.”

Nesse liame, a Educação Especial encontra-se direcionada para oferecer serviços que oportunizem os estudantes, possibilidades de desenvolvimento, tornando a escola um espaço para todos, quebrando paradigmas preconceituosos, perpetuados dentro e fora dela ao longo dos séculos. Esses paradigmas se perpetuaram, devido ao modelo de sociedade e consequentemente de escola que se desejava, deixando à margem, um grupo de pessoas, que não se moldavam ao padrão desejado e neste, os estudantes com deficiência, já que a escola adotava uma proposta pedagógica sob um modelo uniforme.

Contudo, não era uma proposta pedagógica direcionada para a transformação social, que considerasse os sujeitos na sua singularidade, mas apresentava uma inexorável uniformidade para atender ao objetivo de melhoria da educação. Todavia, com os avanços ocorridos ao longo do tempo, a mudança social vem permitindo o repensar das concepções existentes na escola e consequentemente a construção de sua proposta pedagógica.

Destarte, na construção do projeto da escola sobre a concepção da educação especial inclusiva, percebem-se as transformações ocorridas para os estudantes com deficiência, e diz do caminho de “[...] uma escola que respeita as diferenças de cada um de seus alunos e que não é reprodutora das desigualdades sociais” (KRUPPA,2003, p.25). Isso profere uma escola que atende a inclusão. Escola que harmoniza, acomoda e estar a serviço de todos.

Inclusão

A inclusão é um dos paradigmas vivenciados pelas pessoas com deficiência na história e faz parte da realidade atual, como um dos caminhos para a igualdade de oportunidade na diversidade. Em essência, na inclusão, “o sujeito é visto com potencialidade e há um esforço social para ajudá-lo a desenvolver seu potencial”. (ABENHAIM, 2005, p.45). Isso significa que a inclusão impõe um desafio para a sociedade, quando diz do reconhecimento das diferenças e do oferecimento das oportunidades para o desenvolvimento de cada um, independentemente de suas características individuais, pois é preciso valorizar não apenas a igualdade de oportunidade “[...] mas a igualdade de valor entre as pessoas e, em consequência, o desenvolvimento de habilidades, talentos pessoais e papéis sociais, compatíveis com o contexto de vida, a cultura, a idade e o gênero” (MANTOAN, 2011, p.62).

Nessa perspectiva, a inclusão ultrapassa a inserção das pessoas nos espaços, significando o reconhecimento do ser, sobretudo o direito do ser cidadão. Neste sentido, escola “é aquela que pode realizar a “cidadania do nós”, rompe-se com a desigualdade e com o preconceito” (KRUPPA, 2003, p.26), pois o eixo estruturador de uma sociedade é uma escola inclusiva que não espera que a pessoa se adapte a ela, mas consegue trabalhar com a diversidade humana. (ABENHAIM, 2005).

Na premissa de escola inclusiva, as mudanças precisam acontecer com novas orientações em diversos aspectos, a exemplo dos estruturais, atitudinais e conceituais, adotando um projeto que atenda a diversidade, para que a inclusão se materialize equalizando os direitos e as oportunidades, contrariando uma ação de homogeneização. Isto nos remete ao que aduz Carvalho quando diz que, “a sociedade tem apontado para a necessidade de ressignificar o papel da escola para além do pedagógico, reconhecendo que a ela vem se somando” (2008, p.91). Ressignificar a escola para além do pedagógico, nos direciona para o projeto que a orienta e deve ser construído de forma coletiva, apresentando sua identidade, mostrando os pensamentos e concepções de todos. Um projeto que seja flexível e aberto a novas práticas, mas avesso a práticas discriminatórias.

Projeto Político Pedagógico – PPP

A escola é um lugar de vida, sonhos e desejos. Para que esses sejam realizados, se faz necessário vencer diferentes desafios, entre os quais, se encontra o atendimento a diversidade existente. Para tanto, é preciso um esforço coletivo, onde todos sigam por um caminho que se materialize num projeto que exprima os anseios dos sujeitos. Neste liame, está contido o PPP, um instrumento vivo, que vivido, gera conhecimento, reúne princípios e ideais pertinentes à

pessoa, que diferente de coisa, se move na direção do “ser sujeito” como ser partícipe e transformador da sociedade.

Assim “o Projeto Político Pedagógico é o instrumento que dá força e vida à realização das aspirações e desejos da escola, [...]”, (CALADO E SANTOS, 2014, p.35), escola que antes de tudo é composta por pessoas, e se mexe em prol das pessoas, sendo sua organização eixo principal dos quefazeres.

Neste liame, a construção do PPP “entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo” (VEIGA, 2018, p.1) é pertinente, pois, o como se dá sua construção é de suma importância, visto que se encaminha em diferentes concepções, aquelas que seguem uma linha de intenção mais fechada, discriminatória e excludente ou aquelas que seguem uma linha de intenção aberta, integral, sem repressão.

Quando construído na concepção que segue uma linha de intenção aberta, integral, sem repressão, o PPP se constitui como um instrumento sinalizador de promessas e pressupõe rupturas em um presente muitas vezes opressor, que segue na direção de um novo futuro. Neste, os sujeitos serão vistos e respeitados. As coisas serão revistas e reconduzidas em prol do bem comum. Assim, compreende-se a necessidade de separar coisas de pessoas, pois as coisas estão a serviço das pessoas e não ao contrário. O PPP que traz uma concepção inclusiva dos sujeitos da escola, apresenta em sua organização, elementos que favorecem e contemplam a diversidade humana, garantindo comportamento e ações que respeitam o social, configurando-se num instrumento que traduz uma prática inclusiva. Prática essa, que exige responsabilidade amorosa, definição do tipo de cidadão que se quer formar, transparência nas decisões, participação coletiva, respeito à diferença, entre outras.

Metodologia

Esta pesquisa traz uma abordagem qualitativa, visto que “[...] não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (GODOY, 1995, p.21). Assim, optou-se pela pesquisa documental pois “[...] representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, (...)“além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo portanto atenção especial” (Idem, p.22).

Para apresentação dos resultados, perspectivando atender ao objetivo, a opção foi pela análise com abordagem qualitativa que em sua maioria optou-se por apresentar os escritos na íntegra, colocando-os, entre aspas.

A pesquisa foi realizada em 46 escolas da Educação Básica numa Rede Municipal de Ensino da Região Metropolitana do Recife, tomando como fonte os Projetos Políticos Pedagógicos. Das 46 escolas, em apenas 39 foram disponibilizados os PPPs para análise, e desses, apenas 06 (seis) apresentavam referência à educação Especial e/ou Inclusiva, os quais foram relacionados por ordem de análise. Os projetos analisados são do ano de 2012, isto é, os que estão em vigência na escola.

Resultados

Os documentos analisados buscaram atender o objetivo da investigação de analisar como se apresenta a discussão sobre a Educação Especial inclusiva nos PPPs numa rede municipal de ensino. Dos 39 Projetos Políticos Pedagógicos analisados, 33 não apresentaram nenhuma referência acerca da Educação Especial e/ou inclusiva. Dos 06 (seis) Projetos Políticos Pedagógicos analisados, *o primeiro* PPP traz um texto com o título “Inclusão na Educação,” que descreve a Educação Especial como o “[...] objetivo de garantir oportunidades sócio educacionais à criança, promovendo o seu desenvolvimento e aprendizagem, ampliando dessa forma, suas experiências e conhecimentos e participação social.” Seguindo-se, a discussão busca explicar a inclusão, em relação ao direito de acesso a informação, da família, ao apoio, orientação e tomada de decisões. No mesmo texto diz que a “[...] escola já realiza atendimento à estudantes com deficiência.” E encerra discorrendo sobre a necessidade da escola “adaptar-se a realidade, assim todos terão a oportunidade de desenvolver ao máximo suas potencialidades.” *O segundo* PPP apresenta um subtítulo ‘educação inclusiva’ incluso no documento no tópico ‘projetos e programas desenvolvidos na escola. *O terceiro* PPP se refere à educação especial apresentando duas ações: “Acompanhar os alunos com necessidades educativas especiais. Promover a interação dos alunos com deficiência com o restante da turma, nas atividades e o acompanhamento com a itinerante.” *O quarto e quinto* PPPs apresentam a discussão de educação especial, no tópico que se refere aos níveis de ensino apresentando o artigo 58-§- 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 na íntegra. *O sexto* PPP apresenta a discussão da educação especial se referindo à compreensão da escola em relação à educação, avaliação, ensino, aprendizagem e inclusão ressaltando “a inclusão como direito de todos” [...] estabelecendo políticas claras e garantias de condições para que eles sejam implementadas. Este “Apresenta ainda em anexo o plano de atendimento do serviço educacional especializado, oferecido pela escola.”

Discussão

A investigação realizada a luz da abordagem qualitativa possibilitou analisar como se apresenta a discussão sobre a Educação Especial Inclusiva nos Projetos Políticos Pedagógicos numa rede municipal de ensino.

O interesse partiu do olhar no campo empírico, por ser uma rede que vem anunciando o crescimento do número de estudantes com deficiência matriculados e ações para o atendimento, nos inquietando a questionar como se apresenta a discussão sobre a Educação Especial Inclusiva nos PPPs numa rede municipal de ensino. Assim, buscou-se, a partir da análise dos documentos, responder a questão problematizadora, na premissa de contribuir para ampliar a discussão sobre a temática e favorecer a reflexão sobre a importância do tema inclusão no PPPs das escolas.

Nessa ótica, evidencia-se que o primeiro documento analisado, apresenta um tópico sobre educação especial na perspectiva de garantia dos direitos, direito da família e papel da escola, mas não constam ações que possibilitem a garantia desses direitos, apesar de no texto encontrar-se o objetivo da inclusão como garantia de oportunidades sócio educacionais à criança, evidenciando-se dessa forma, a ausência de uma discussão coletiva de como a escola pode trabalhar de forma a materializar o objetivo, garantindo não só o dito, mas também como a escola pode adaptar-se para que seja uma escola para todos, lugar este que, dentro do seu projeto deva trabalhar para o rompimento das desigualdades e preconceitos, realizando a cidadania do nós como aduz Kruppa (2003).

O segundo, apresenta um subtítulo, Educação Inclusiva, mas não apresenta discussão que justifique o título, mostrando sua exclusão na construção do projeto. O projeto apenas faz referência a inclusão de forma eventual, sendo citado apenas num anexo do documento no tópico “projetos e programas desenvolvidos na escola”, mas não apresentou de que forma a educação inclusiva estava presente. Evidencia-se assim que é um instrumento que não apresenta as aspirações e desejos da escola, como expresso por Calado e Santos (2014) Isso posto, fica evidente na análise do PPP, ausência da temática alvo dessa pesquisa, bem como de outros elementos essenciais para que possa ser considerado um projeto de escola.

O terceiro, apresenta ações sem discussão, desvinculadas com o tema, mesmo quando apresenta nas ações, “o acompanhamento dos estudantes com deficiência pelo profissional especializado”. Neste, evidencia-se um projeto que não tem a identidade da escola e não reflete a organização do trabalho pedagógico da escola como diz Veiga(2018), deixando evidente um projeto desatualizado, até mesmo pelas nomenclaturas utilizadas.

O quarto e quinto, descreve a legislação na íntegra, sem discussão ou outras referências que dê suporte ao tema. No entanto, apresentam elementos que mostram conhecimento da

legislação, mas não conseguem descrever com clareza o que a escola que respeita as diferenças de seus estudantes pode fazer, a exemplo de promover a igualdade social que se almeja, como dito por Kruppa (2003). Dessa forma, compreende-se que não basta em seu projeto, a escola apenas citar a legislação, é importante, trazer metas, ações e desejos da comunidade escolar para não ser reprodutora de desigualdade social.

Enfim, no sexto documento, foi identificada a concepção de inclusão. As evidências apontam que ocorreu um momento de construção e discussão coletiva, apresentando elementos que subsidiam a temática em foco nessa pesquisa. Pode-se dizer que o projeto faz menção a inclusão na perspectiva inclusiva, sendo visto o aluno como um ser único. Não é um projeto que atenda os anseios da escola, haja vista que elementos fundamentais estão ausentes da sua estrutura como concepções, mas como diz Abenham (2005) percebe-se um esforço social para ajudar o aluno a desenvolver suas potencialidades. Essa percepção é observada na definição de algumas metas que se encontram traçadas.

Conclusão

As evidências apontam a fragilidade na construção dos projetos, pelas estruturas apresentadas. Desconhecimento dos sujeitos sobre a importância do PPP, devido ausência de informações que deveriam constar no corpo do trabalho. Afastamento de uma dinâmica de avaliação periódica do projeto, haja vista o período que os PPPs foram construídos. Desuso do PPP, tornando-o um instrumento estanque. Ausência da discussão sobre a Educação Especial Inclusiva na maioria dos PPPs e/ou insipiência na maioria nas discussões.

Os resultados da análise evidenciam a necessidade de ampliar a discussão a respeito da inclusão e sobretudo criar espaços de discussão para avaliação do PPP nas unidades de ensino, apesar de compreendermos a dificuldade para construção do PPP, considerando diversos fatores a exemplo, do desconhecimento de alguns agentes sobre a importância desse instrumento para o caminhar da escola.

Dessa forma, sugere-se formação sobre a estrutura e concepção do PPP, para os sujeitos da escola. Uso, revisão e avaliação periódica do PPP. Inclusão de discussão sobre Educação Especial Inclusiva de forma a garantir o direito de todos os estudantes e o atendimento à diversidade.

Referências

ABENHAIM, Evanir. Os caminhos da inclusão: breve histórico. In MACHADO, Adriana Marcondes [et al]. **Psicologia em direitos humanos. Educação inclusiva. Direitos Humanos na Escola**. São Paulo. Casa do Psicólogo.2005.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 9.394/96. Brasília, 1996.

CALADO, Maria José. SANTOS. Celia Vieira dos. **A Gestão Democrática na Visão dos Gestores de Escolas Municipais de Igarassu**, Consonância com a Teoria? In BOTLER, Alice Happ. ARRUDA, Ana Lucia Borba de, SANTOS. Jose Everaldo (Org.). **Gestão escolar em redes: tecnologias e mecanismos democratizadores**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

CARVALHO. Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: mediação, 2008.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução Robert Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed,2009.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais**. A abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (Org.) **O desafio das diferenças na escola**. 3.ed.- Petropolis, RJ:Vozes, 2011.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. As linguagens da cidadania. In SILVA, Shirley. VIZIM, Marly. (Org.) **Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas. São Paulo. Mercado de Letas.2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político – Pedagógico da Escola: uma construção coletiva**. Disponível em: <http://s3amazonaws.com/academia.edu/documentos>. Acesso em 14/08/2018. Às 11:49.